

Inserção do design nas políticas públicas culturais no Brasil: um momento promissor

Insertion of design in cultural public policies in Brazil: a promising moment

CURTIS, Maria do Carmo Gonçalves; Doutora em Design e Tecnologia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

maria.curtis@ufrgs.br

CARDOSO, Eduardo; Doutor em Design e Tecnologia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

00146837@ufrgs.br

O artigo apresenta uma reflexão sobre um momento significativo na história do design no Brasil. No período entre 2002 e 2016, aconteceu um intenso processo de diálogo entre a sociedade civil e o Ministério da Cultura. Foi dado um impulso na inserção do design na formulação das políticas públicas culturais com a participação de diferentes setores da sociedade durante as Conferências Nacionais de Cultura em 2005, 2010 e 2013, além dos outros canais de participação, como Colegiado Setorial de Design (2012), instância de tramitação das Políticas Públicas Culturais. Os conceitos de Políticas Públicas e de Políticas Culturais pressupõem a adoção de práticas colaborativas e conceber a cultura em uma perspectiva abrangente. Para esta reflexão, foi realizada uma revisão da literatura dos Fatores Humanos. Esta abordagem humano-tecnológica evidencia relações entre design e a formulação de políticas, relações tipicamente humanas que muitas vezes ficam imperceptíveis devido à hegemonia dos fatores técnicos. Tal enfoque ajuda a destacar a dimensão social verificada nesse momento de maior inserção do design no processo em análise.

Palavras-chave: História do design; Políticas Públicas; Cultura.

Abstract

The article presents a reflection on a significant moment in the recent history of design in Brazil. In the period between 2002 and 2016, there was an intense process of dialogue between civil society and the Ministry of Culture. A strong impulse was given to the insertion of design in the formulation of cultural public policies with the participation of different sectors of society during the National Culture Conferences in 2005, 2010 and 2013, in addition to other channels of participation, such as the Sectoral Design Collegiate (2012).), an instance for processing Public Cultural Policies. The concepts of Public Policies and Cultural Policies presuppose the adoption of collaborative practices and conceive culture in a comprehensive perspective. To support this reflection, a literature review of the so-called Human Factors was carried out. This human-technological approach highlights relationships between design and policymaking, typically human relationships that are often imperceptible due to the hegemony of technical factors. Such an approach helps to highlight the social dimension verified in this moment of greater insertion of design in the process under analysis.

Keywords: Design history; Public policy; Culture.



14º Congresso Brasileiro de Design
ESDI Escola Superior de Desenho Industrial
ESPM Escola Superior de Propaganda e Marketing

1. Introdução

Esta reflexão sobre o período significativo na história recente do design no Brasil, entre 2002 e 2014, tem por referência um trabalho anterior sobre o papel do design(er) na formulação e na implantação de políticas públicas (CARDOSO et al, 2014), que foi revisado e atualizado. Assim, a metodologia utilizada foi uma revisão da literatura e pesquisa exploratória em publicações online sobre a temática. Entende-se que Políticas Públicas (PP) são um conjunto de ações que visam mudar (ou manter) a situação de um determinado setor da vida social. São “proposições amplas, abrangentes e integradoras” (BATISTA, 2010), que devem ser ações permanentes do Estado e, em tese, independem dos governos eleitos. Em geral, as políticas públicas culturais se inserem numa complexa e sistêmica rede de instâncias estabelecida entre o Estado e a Cultura. Foi o que ocorreu entre 2002 e 2014, quando houve uma gradual mobilização setorial do design no Brasil, cujo ápice foram as Conferências Nacionais de Cultura de 2005, 2010 e 2013. A crescente inserção do design na formulação e implementação das PP já se mostrava estratégica para que a prática projetual atingisse um patamar mais visível, valorizado e participativo da vida social. Contudo, desde abril de 2016, o Impeachment da presidente Dilma Rousseff causou a descontinuidade das PP no Brasil, enfraquecendo sobretudo o setor cultural a ponto de diluir o Ministério da Cultura em 2018, interrompendo o momento promissor do design.

2. Políticas Culturais, iniciativas de apoio institucional sistemático

Quando desenvolvida pelo poder público, uma política cultural se traduz por diferentes operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários com características de instruções e diretrizes, tanto de ação direta quanto de fomento, assim como de meios regulatórios apropriados ao setor (COELHO NETO, 1997). Ao conceituar Políticas Culturais, Rubim (2010) propõe um conceito abrangente e sistemático, afirmando que Políticas Culturais podem abranger noções de política e de cultura, formulações e ações; objetivos e metas; atores; públicos; instrumentos, meios e recursos humanos; materiais, legais e financeiros; e interfaces com áreas afins. Políticas culturais têm um caráter sistemático e envolvem diferentes momentos da cultura: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbio, trocas e cooperação; análise crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição e conservação; organização, legislação, gestão e produção. A importância do design na formulação de PP é apontada por Patrocínio e Bolton (2016). Eles salientam a capacidade de o Design de ser um elo entre a tecnologia, a criatividade e o usuário, o que o torna uma ferramenta com muito potencial para inovar e fomentar o crescimento econômico.

Para situar o tema numa perspectiva histórica em âmbito nacional, foi elaborado um panorama cronológico que salienta como os fatores projetuais dependem das relações Estado e Sociedade e, por extensão, entre Estado e Cultura. A menção sobre a relação Estado e Sociedade se justifica porque nessa instância são tomadas decisões que influenciam a vida social. Foi no período após a segunda-guerra que a cultura começou a receber uma atenção sistemática, enquanto ação global e organizada. No Brasil, a “institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais” (CABRALE, 2007). Somente em 1953 foi criado o Ministério de Educação e Cultura, MEC. Mais tarde, nos anos 1970 ocorreu o processo de institucionalização do campo da cultura nos níveis federal, estadual e municipal. No período da redemocratização, em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC). Durante a década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, começou uma política cultural orientada

pelas leis de mercado. Após ser extinto, o MinC foi recriado em 1992, mas só no governo Lula (2002- 2010) houve uma melhor distribuição de recursos no campo da cultura. Portanto, observa-se como a institucionalização da cultura enfrentou dificuldades no Brasil (CABRALE, 2007, 2014, 2015; BATISTA, 2010; RUBIM, 2010; MATA-MACHADO, 2013; BARBALHO, 2015).

Um procedimento de política pública empregado pelo Estado na Cultura foi a implantação dos **Conselhos**. De acordo com Mata-Machado (2013), os **conselhos** adotados no período pós Constituição de 1988 são espaços institucionais onde os diferentes segmentos sociais conseguem fluir sob uma concepção mais abrangente de cultura. Abrangência que supera a visão dos conselhos tradicionais classificados em: conselho de notáveis, conselho de especialistas e conselho corporativo (MATA-MACHADO, 2013). Cada tipo de conselho reflete uma concepção de cultura. O *conselho de notáveis* é integrado por individualidades de destaque na vida intelectual e artística. Nesse modelo, cultura é considerada como um campo regido por leis próprias, acessíveis a um pequeno número de privilegiados revestidos de um status que as pessoas “comuns” não têm. Incumbir a formulação de políticas culturais aos notáveis implica um entendimento restrito da cultura, que não contempla a abrangência definida pela Constituição de 1988. O *conselho de especialistas* é composto por indivíduos selecionados por sua capacidade técnica em determinada área. Na política cultural, esse modelo costuma ser empregado na área de proteção do patrimônio cultural, composto por intelectuais do campo da arquitetura, urbanismo, artes plásticas, história, sociologia, direito, antropologia e etnologia. Mas, devido à crescente demanda pela proteção de bens que se referem à identidade e à memória de grupos sociais diversos, é indispensável que as próprias comunidades interessadas colaborem na identificação e principalmente na proteção desses bens. A Constituição Federal introduziu um dispositivo que prevê essa colaboração entre comunidade e poder público.

Por seu turno, o *conselho corporativo* é formado por profissionais de segmentos artísticos, unidos pelos interesses materiais em torno do orçamento e fomentos públicos destinados a apoiar projetos culturais nas suas áreas de atuação. O crescimento e a evolução da economia da cultura tornaram o modelo corporativo tradicional ultrapassado.

O processo de diferenciação e especialização de funções nas diversas cadeias produtivas da cultura, associado à revolução nas tecnologias de informação e comunicação, introduziu novos atores na cena cultural. Novas profissões e indústrias culturais (particularmente nas áreas fonográfica e do audiovisual) se estabeleceram e novos setores, como os de design, moda, arquitetura e cultura digital passaram a reivindicar espaço nas instâncias de decisão sobre política cultural, entre elas os conselhos (MATA-MACHADO, 2013, p. 16).

Conforme exposto, a Constituição de 1988 possibilitou alterações positivas na relação do Estado com a cultura, abrindo espaço inclusive à visibilidade do design. E a evolução tecnológica tem privilegiado as competências técnicas, peculiares ao design. Em 2003, Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura, enfatizando o papel ativo do Estado, afirmando que “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003 apud RUBIM, 2010, p.65). Adotou a noção “antropológica” de cultura, decisão que ampliou o alcance da ação ministerial, até então circunscrita à cultura erudita, abrindo fronteiras às culturas populares, afro-brasileiras, de gêneros, de orientações sexuais, das periferias, da mídia audiovisual, das redes sociais (RUBIM, 2010).

É possível verificar o nível de comprometimento do Estado com a cultura nos diferentes contextos sociais, no que se refere à democratização do acesso e da fruição e a diversidade da oferta de bens e serviços culturais a partir das diferentes compreensões do significado dessas iniciativas e, por conseguinte, pelos respectivos modos de proposição e encaminhamento delas.

É fundamental reter o significado dos conceitos de políticas públicas e políticas culturais, observando que a Constituição de 1988 é um marco legal que assinala uma concepção abrangente de cultura (MATA MACHADO, 2013), dando espaço para mais participação da sociedade na relação Estado, Sociedade e Cultura, que se formava a partir de 2002.

3. Design e Política Pública Cultural, Amplia, Abrangente e Integradora

Segundo Pereira-Bresser (1995), o Estado enquanto estrutura política e organizacional se sobrepõe à sociedade e, ao mesmo tempo, faz parte dela. A relação Estado e Sociedade “conduz as ações no sentido de construir consensos e controlar conflito de interesse” (MENEZ, 11: 2011). Tais conflitos são moderados “pacificamente” pela política (SCHMITTER, 1984, apud MENEZ, 2011). A relação entre Estado e Sociedade se dá pela elaboração de um sistema de decisões expressas em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, a fim de mudar ou manter a situação de um ou vários setores da vida social, ao determinar os fins últimos, objetivos e estratégias de atuação, ou seja, política pública. Em síntese, na relação estabelecida entre Estado e Sociedade se define como serão elaboradas e executadas as políticas públicas culturais (MENEZ, 2011).

Na primeira década dos anos 2000, início do período em análise, buscava-se formular políticas públicas por meio de preceitos que garantissem respostas às necessidades dos atores sociais. Em 2003, Gilberto Gil promoveu o diálogo entre o MinC e a sociedade civil. O ministro da cultura afirma que a marca de sua gestão seria a abrangência, contrariando a recomendação de políticos e profissionais de marketing político. Gil defendia que o papel ativo do Estado se estabelece em “conexão com a sociedade”. Para além dos criadores e produtores culturais, o público a ser atendido era a sociedade brasileira. A agenda do MinC assumia o desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas (RUBIM, 2010, p.65). As Conferências Nacionais de Cultura são indicadores dessa postura mais participativa na relação Estado e Cultura. O design foi conquistando espaço nesse processo, sendo integrado ao MinC na condição de setor artístico-cultural em 2009. O Colegiado Setorial de Design, instância de base na formulação das PP, foi instituído em 2012.

Avaliando o design na II CNC, 2010, Batista considera que a representatividade da área foi deficiente, apontando que a complexidade do setor, assim como a “falta de uma cultura de participação coletiva”, dificultaram a participação. Isso refletia o estágio inicial do design no processo, que poderia ser superado pelo amadurecimento e participação em futuros eventos. Sua análise da relação do design e políticas públicas aponta dois problemas: 1) a disjunção entre os interesses específicos do setor e as formulações gerais das políticas públicas; e 2) o equívoco entre políticas públicas e políticas de governo. Para o autor a disjunção de interesses do setor e das proposições mais amplas (PP) assinala que o design precisa ampliar sua perspectiva de intervenção até então restrita ao mercado. E, quanto à concepção equivocada entre políticas públicas e políticas de governo, ele enfatiza que as primeiras são políticas de Estado, com continuidade respaldada pela lei, enquanto as políticas de governo são contingenciais, alinhadas com projetos governamentais. Em tese, ao participar da formulação de estratégias e diretrizes para a cultura, o design passa a se inserir no escopo de políticas públicas, abrangentes, integradoras e permanentes (BATISTA, 2010).



14º Congresso Brasileiro de Design
ESDI Escola Superior de Desenho Industrial
ESPM Escola Superior de Propaganda e Marketing

3.1 Conferências Nacionais de Cultura, incorporação do design ao MinC

A atuação de Gilberto Gil no MinC foi um marco da participação popular na formulação de políticas públicas no Brasil, abrindo espaço para a inserção do design. O Quadro 01 apresenta uma linha do tempo dos eventos:

Quadro 01: Relação Estado e Cultura na perspectiva do design (2002-2014)

2002	Lula eleito Presidente da República
2003	Gilberto Gil nomeado Ministro da Cultura, busca pelo diálogo entre o MinC e a sociedade civil Adoção do conceito antropológico de cultura pelo MinC, abrangência Seminários “Cultura para todos” (RS, RJ, SP, MG, PE, PA)
2005	Conferências Municipais de Cultura Conferências Estaduais de Cultura I CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, I CNC; Brasília, DF
2009	Integração do design, arquitetura e urbanismo, artesanato, moda e arte digital à agenda do Ministério de Cultura, MinC como setores artístico-culturais
2010	I Pré- Conferência Setorial de Design Conferências Municipais de Cultura Conferências Estaduais de Cultura II CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, II CNC; Rio de Janeiro, RJ
2012	I Colegiado Setorial de Design Secretaria de Economia Criativa, SEC, design, moda, arquitetura, patrimônio cultural e as culturas populares passam a ser considerados como setores criativos
2013	Conferências Estaduais de Cultura I Reunião do Colegiado Setorial de Design, Brasília, DF III CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, III CNC; Brasília, DF
2014	Plano Setorial de Design

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2003 ocorreram os seminários Cultura para Todos. Foi o primeiro esforço de mobilização da área. Os seminários ocorreram nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. As atividades consistiam em encontros setorizados dos secretários da cultura estaduais e municipais, investidores privados e fundações, investidores estatais e pessoas físicas (artistas e produtores). A contribuição dos seminários foi abrir canais de diálogo entre o MinC e os atores sociais que atuavam no campo da cultura (CABRALE, 2014). As Conferências Nacionais, enquanto canais de participação entre a sociedade civil e Estado, adotadas pelo MinC (ARAGÃO, 2013), revertem as metodologias tradicionais que “confinavam formulações políticas em gabinetes”, restringindo a tomada de decisão sobre prioridades culturais a tecnocratas com pouca (ou nenhuma) inserção nos campos de atividade de suas deliberações. A Conferência é um mecanismo participativo de consulta pública e promove o planejamento participativo, dando oportunidade aos atores sociais para estabelecer as diretrizes de PP nos seus respectivos campos de atuação (BATISTA, 2010).

Na I Conferência Nacional de Cultura, em 2005, a proposta principal era coletar sugestões para as diretrizes básicas de um plano nacional de cultura (CABRALE, 2014). Esta primeira grande conferência foi precedida por centenas de conferências municipais e dezenas de conferências estaduais. Consistem um marco divisor no processo de participação popular na formulação de PP. Houve a participação de 19 estados, 1.159 municípios. Resultado do esforço do poder público para articular a sociedade nos três níveis federativos (BARBALHO, 2015), foi a primeira vez que o governo federal reuniu os diversos setores da sociedade para discutir políticas

culturais. Conforme síntese de Aragão, a I CNC propôs mobilizar e atrair o cidadão, aproximando-o da cultura, para debater a cultura, e estimular uma política mais participativa, baseada na cidadania cultural. Em última análise, superando a noção de “cultura como arte”, que caracterizava o governo anterior (ARAGÃO, 2013).

Um desdobramento da I CNC foi a incorporação do design à agenda do MinC, junto com arquitetura e urbanismo, artesanato, moda e arte digital na condição de setores artístico-culturais (Ver Quadro 01). Desde 2009, as produções dessas áreas passam a ser consideradas (institucionalmente) manifestações da identidade brasileira e, por isso, devem ser contempladas nas ações do próprio MinC e de outras instituições que fomentam e apoiam a cultura.

A II Conferência Nacional de Cultura, 2010, igualmente foi precedida por uma ampla discussão. Participaram 26 estados e o Distrito Federal em plenárias de 19 setores de atividades artísticas e culturais, integrantes do MinC. A temática foi “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”. O design participa institucionalmente dessa Conferência, assim como na etapa preliminar, a I Pré-Conferência Setorial de Design (Ver Quadros 01 e 02). Em 2013, as Conferências Estaduais de Cultura elegeram 356¹ delegados para representar seus estados na III CNC, Brasília. A sociedade civil, gestores e produtores foram representados pelos delegados no evento, que teve como tema principal “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”. A realização do Colegiado Setorial de Design em 2012 já evidenciava a continuidade na valorização institucional do setor (Ver Quadros 01 e 02).

Quadro 02: Caracterização das Conferências Nacionais de Cultura

	I CNC 2005	II CNC 2010	III CNC 2013
Local	Brasília, DF	Rio de Janeiro, RJ	Brasília, DF
Tema	<i>Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas da Cultura</i>	<i>Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento</i>	<i>Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura</i>
Estados participantes	19	26, Distrito Federal	26, Distrito Federal
Inserção do design na formulação e implantação de Políticas Públicas Culturais	Em 2009 o design é integrado à agenda do MinC na condição de setor artístico-cultural	Em 2010 ocorre a I Pré-Conferência Setorial de Design em etapa preliminar à II CNC Em 2012 é constituído o Colegiado Setorial de Design, antecedendo a III CNC Em 2012, a instauração da SEC, reposiciona o design no MinC, de setor artístico-cultural a setor criativo	Em 2013 o Colegiado Setorial de Design se reúne antes da IIICNC Em 2014, o Colegiado Setorial de Design formula o Plano Setorial de Design

Fonte: Elaborado pelos autores

¹ Os 356 delegados eram dos estados que já haviam realizado as conferências e computaram seus dados (BATISTA, 2013).

3.2 Design, um setor do MinC elabora o Plano Setorial

Para explicar a nomenclatura de cada instância que integra o processo de formulação de uma política pública, foi elaborado um fluxograma das instâncias de tramitação das PP (Figura 1). O esquema ilustra uma ordem hierárquica ascendente e salienta o caráter democrático do processo.

Figura 01: Fluxograma das Instâncias de tramitação das políticas públicas



Fonte: Elaborado pelos autores.

No topo do fluxograma situa-se o objetivo, isto é, as políticas públicas que estão conectadas diretamente ao Estado. Logo abaixo se situa o Plano Nacional de Cultura (PNC) que é um indutor de políticas de Estado. Instrui políticas públicas que, transformadas em lei, convertem-se em instrumentos de ação e de ampliação de direitos sociais. O PNC é um instrumento de planejamento ²que instrui as ações dos governos no âmbito da cultura.

Na base do fluxograma identifica-se os Colegiados Setoriais cuja atribuição é escolher um representante para compor o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). Os Fóruns e Colegiados Setoriais auxiliam o CNPC na elaboração e sistematização do Plano Nacional de Cultura (PNC). As diretrizes formuladas por este colegiado são submetidas aos participantes do Conselho Nacional de Cultura e, caso aprovadas, integrarão o Plano Nacional de Cultura. Portanto, não se trata de programa governamental, com efeitos transitórios. Por ser uma lei com efeitos duradouros, extrapola o período de vigência de diferentes governos. Os Colegiados Setoriais têm como escopo reunir diferentes segmentos visando proposições culturais mais abrangentes, que integrem peculiaridades regionais, para compreender as principais demandas setoriais, gerando parâmetros técnicos e políticos que viabilizem os objetivos das estratégias e das políticas culturais, entre as quais a democratização e a socialização da cultura (BATISTA, 2013).

² Convertido em lei por meio da Emenda Constitucional nº 48 em agosto de 2005.

A I Pré-Conferência Setorial de Design, no Rio de Janeiro, foi uma reunião preliminar à II CNC, 2010. As Pré-Conferências Setoriais de Cultura tinham um caráter mobilizador, reflexivo, propositivo e eletivo, propiciando aos agentes culturais de cada área artística e de patrimônio se articularem local e regionalmente. Promoveram o debate valorizando a complexidade e a abrangência das atividades em cada campo setorial. Encaminham propostas às políticas públicas de cultura e as políticas setoriais específicas para cada um dos segmentos envolvidos, contribuindo na formulação dos Planos Nacionais Setoriais. A I Pré-Conferência Setorial de Design elaborou diretrizes para valorizar, reconhecer, divulgar e fomentar o design e o viabilizar no Plano Nacional de Cultura (PNC), rumo à PP (BATISTA, 2010).

Em 2012 foi criada a Secretaria de Economia Criativa (SEC)³, uma inovação no MinC no tratamento dado às questões econômicas relativas às políticas públicas. Na gestão anterior, para tratar dos aspectos econômicos das políticas públicas, o MinC empregava a categoria Economia da Cultura. Conforme salientam Domingues e Lopes (2015), desde os anos 1990 categorias ligadas à noção de “criatividade” são utilizadas por órgãos, organizações e intelectuais em âmbito internacional. Desse modo, expressões como “indústrias criativas” e “economia criativa” começam a aparecer no discurso do MinC.

As políticas de economia criativa objetivam fomentar e fortalecer setores produtivos ligados à cultura, à arte, à tecnologia, à inovação por meio de recorte territorial (cidade, região, país). Um conjunto de atividades econômicas é definido como estratégico, e passam a ser nomeados como “indústrias criativas” (Reino Unido) ou “setores criativos” (Brasil). Na gestão de Ana Hollanda, (2011-2012), o MinC investiu no reposicionamento da cultura como eixo de desenvolvimento nacional e apresentou a Economia Criativa, um conceito vindo do exterior, e que teve de ser “traduzido” para a realidade local. A SEC optou por definir Economia Criativa a partir dos “setores criativos”, como as diversas linguagens artísticas e indústrias culturais, somados a atividades produtivas como o design, moda, arquitetura e práticas culturais que não se caracterizam como setores produtivos, como o patrimônio cultural e as “culturas populares”, “indígenas” e “afro-brasileiras”. Desse modo, compreende-se por setores criativos, “aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central de formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural econômica”. Portanto, a definição dos setores criativos é ligada diretamente ao impacto econômico dessas atividades (DOMINGUES, LOPES, 2015, p. 215). Definição distinta de setor artístico-cultural, adotada na gestão anterior a qual apontava principalmente pela manutenção da identidade brasileira.

Em julho de 2013 realizou-se a I Reunião do Colegiado Setorial de Design, em Brasília. Constituído em dezembro de 2012 (Ver Quadro 02), o Colegiado Setorial de Design visava coletar dados sobre temas específicos, sintonizados com desafios propostos pela Secretaria de Economia Criativa e os eixos temáticos⁴ adotados na III Conferência Nacional de Cultura/2013.

Em 2014, os membros do Colegiado Setorial do Design elaboraram o Plano Setorial do Design conforme diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC). O papel do Plano de Setorial de

³ A SEC foi criada pelo Decreto nº 7743/2012.

⁴ Os eixos temáticos da III CNC são: Eixo 1 (IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA); Eixo 2 (PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL); Eixo 3 (CIDADANIA E DIREITO CULTURAL); Eixo 4 (CULTURA E DESENVOLVIMENTO); conforme Relação Metas Plano Nacional de Cultura, Eixos CNC. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/IIICNCultura/eixos%20tematicos-pnc.pdf>> Acesso em março de 2022.

Design é identificar os problemas e estabelecer diretrizes. Conforme citado na Introdução do documento:

A inserção do Design no Plano Nacional de Cultura (PNC) e no Sistema Nacional de Cultura (SNIIC) projeta-se no âmbito dos sistemas estaduais e municipais, abrindo novas perspectivas profissionais de contribuição na valorização e divulgação das expressões culturais locais. Dentro do novo paradigma da economia da cultura, particularmente no âmbito da Secretaria da Economia Criativa e da Secretaria de Políticas Culturais (SPC), esta inserção se mostra potencialmente como um importante instrumento de valorização deste aspecto da nossa cultura. Pela sua capacidade de agregar valor a produtos e serviços, além de contribuir à geração de emprego e renda, beneficiando aos envolvidos em diversos níveis com as ações por ela afetadas. A estratégia de incluir o Design no PNC contribui, também, ao desenvolvimento de Capacidade Tecnológica Própria, ao ativar recursos materiais, técnicos e humanos de uma região ou unidade produtiva no desenvolvimento de produtos singulares (PLANO SETORIAL DE DESIGN, 2014, p. 02).

O colegiado setorial do design⁵ salienta positivamente o novo paradigma da economia da cultura, citando a SEC. E destaca como a inserção na economia criativa agrupa valor a produtos e serviços contribuindo na geração de renda e emprego. O documento foi estruturado em quatro eixos: (1) Criação, Produção e Desenvolvimento; (2) Difusão e Acesso à Cultura; (3) Memória e Diversidade Cultural e (4) Estrutura e Gestão. Cada eixo desdobra-se em metas e ações necessárias para a execução e implementação do Plano Setorial de Design.

Apesar de todo esse desenvolvimento institucional do design, no âmbito das PP, os processos de elaboração e implementação de PP no Brasil sofreram percalços. Conforme análise de Cabrale (2015) a **descontinuidade** é um problema no contexto, mesmo que sejam feitos esforços e reflexões no sentido de que algumas ações sejam consideradas como políticas de Estado e não de governo. A ampliação dos canais de comunicação e de participação da sociedade civil foi uma marca na gestão de Lula (2003-2010), um modelo caracterizado pela organização dos serviços de modo descentralizado e participativo, com gestão partilhada na manutenção das responsabilidades. Sem fórmulas pré-determinadas, suas ações são produzidas conforme as realidades enfrentadas, portanto, diferente dos modelos burocráticos ou gerenciais (PAULA, 2005 apud CABRALE, 2015). No entanto, Cabrale (2015) aponta a perda da centralidade do processo participativo, assim como a retomada de algumas premissas da lógica gerencial, procedimentos adotados na gestão das ministras Ana de Hollanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012-2014).

Em abril de 2016, a ruptura institucional do Impeachment de Dilma Rousseff afetou duramente os trabalhos do Ministério da Cultura. Michel Temer fechou e reabriu o MinC com duas Medidas Provisórias no período de um mês. Foi feita uma reformulação administrativa em setembro de 2016 e uma Instrução Normativa (IN) foi publicada em março de 2017 na gestão do Ministro Roberto Freire. Uma nova instrução normativa foi publicada no final do ano de 2017, no período do Ministro Sérgio de Sá Leitão, alterou diversos pontos da Lei Rouanet

⁵ Membros do Colegiado Setorial do Design no Conselho Nacional de Políticas Públicas, 2012/2014: Adalberto Bogsan, Agostinho Lira, Ana Beatriz Simon Factum, Bernadete Teixeira, Carlo Freitas, Carolina Fujita, Cecilia Consolo, Cleomar Rocha, Daniela Garrossini, Denise de Castro, Érico Fileno, Fernanda de Oliveira Martins, João Eduardo Chagas Sobral, Marta Melo, Mauro Pinheiro, Miriam Zanini, Paulo Cardoso, Renata Gamelo, Roselie de Faria Lemos, Ruth Klotzel, Sânia Batista, Ticiano Arraes, Túlio Filho, Wagner Batista.

(QUEIROZ, 2018). Em 2018, o governo Bolsonaro dilui os Ministérios da Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social e os funde na estrutura do Ministério da Cidadania. Em 2020, a Secretaria Especial da Cultura (Secult) foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.

4. Design e necessidades humanas: do objeto físico ao objeto político

Apesar da descontinuidade das políticas públicas, as contribuições do Design para os processos de planejamento continuam válidas. Segundo Vicente (2004), o design começa pela compreensão das necessidades humanas ou societárias para então modelar a tecnologia a fim de refletir os fatores humanos envolvidos. O modelo teórico Escada Humano-tecnológica (Figura 02) salienta que o entendimento dos fatores humanos envolvidos em qualquer projeto inicia pela base, ou seja, pelos fatores físicos, para depois “subir” em direção aos outros níveis, como o trabalho em equipe, às organizações e culmina nos sistemas políticos.

Figura 02: Escada Humano-tecnológica



Fonte: Adaptado de Vicente (2004).

Cada nível distingue-se por fatores projetuais. O primeiro aponta os “fatores físicos” tais como tamanho, forma etc. O seguinte, “psicológico”, considera a capacidade cognitiva humana de memorização, as expectativas intuitivas de dar sentido ao mundo, a habilidade de fazer cálculos mentais complexos e a capacidade de reconhecimento de padrões quando se projetam sistemas tecnológicos. Os níveis físico e psicológico atuam de modo interdependente em cada indivíduo. Na sequência, o terceiro nível reflete fatores relativos às dinâmicas de grupo, as “equipes”. Trata de comunicação, motivação e bom relacionamento. Porém, equipes não existem isoladas. Em geral fazem parte de uma estrutura maior, como unidades organizacionais. O próximo nível abrange características humanas como: visão e liderança, incentivos e estímulos e o modo como a informação flui gerando impacto sobre o comportamento organizacional. Assim, decisões tomadas no “nível organizacional” podem influenciar os demais níveis.

O nível mais elevado da escada é o “político”. Vicente (2005) destaca que a “nossa compreensão da natureza humana no nível político não é tão sofisticada ou tão completa quanto a dos níveis físico e psicológico, porque os fenômenos a serem explicados são muito

mais complexos". Níveis mais altos da escada humano-tecnológica não focam estritamente no produto físico, mas em padrões ou conceitos como relação de autoridade, políticas de pessoal. Níveis mais altos implicam em "objetos políticos" como "orçamentos, leis e regulamentos". O autor aponta que "objetos políticos" deveriam ser considerados como integrantes do sistema tecnológico uma vez que influenciam no modo de funcionamento dos objetos físicos do sistema. Considera-se que a abordagem sistêmica de K. Vicente (2004) contribui para a melhor compreensão da inserção do design no âmbito das políticas públicas culturais, pois seu modelo teórico demonstra como os sistemas políticos exercem influência nos fatores projetuais. A seguir, retoma-se a discussão sobre políticas públicas enfocando seus diferentes níveis para salientar as possibilidades de participação da sociedade nas PP.

4.1 Políticas Públicas, buscando respostas a necessidades sociais

Segundo Batista (2010), políticas públicas são políticas de Estado com continuidade respaldada pela lei. Devem ser elaboradas com base em preceitos que garantam respostas efetivas às necessidades dos atores sociais, considerando a continuidade e a permanência dos processos, sustentados em sua avaliação e monitoramento. Além disto, devem se adaptar às mudanças e ser coerentes com as demais políticas governamentais, voltando-se aos interesses que as originaram. Políticas públicas são consolidadas e expostas por meio dos Planos de Governo que apresentam as estratégias, objetivos, programas e orientação política divulgando "o que", "quando" e "como" as ações do governo serão tratadas (MENEZ, 2011).

Política se distingue por três níveis: políticas, programas e iniciativas. Nas políticas são apresentadas as regras, atividades e processos que traduzem uma visão política em programas e ações para cumprimento dos objetivos do Modelo de Gestão estabelecido. Os programas são os objetivos a serem atendidos e as atividades a serem desenvolvidas para cumprir o Modelo de Gestão. As iniciativas são os processos e ações empreendidas para atender as políticas e programas (MAFFEI, MORTATI e VILLARI, 2012). Abaixo apresenta-se a Figura 03, um gráfico esquemático dos três níveis.

Figura 03: Três níveis da Política



Fonte: Adaptado de MAFFEI, MORTATI e VILLARI, 2012

Os autores frisam que as políticas públicas não devem ser feitas somente por políticos, mas por todos os atores que formam a sociedade. Eles apontam três graus de envolvimento na relação dos cidadãos com o governo, desde o mais passivo ao mais ativo: Informativo,

Consultivo e Participativo. No nível Informativo a relação é unilateral, quando o governo troca dados, mas deixa os cidadãos fora do processo de decisão; no Consultivo, a relação é mútua, quando o governo não só informa, mas pergunta e solicita retorno para as decisões; Participativo, a relação é recíproca. O governo pode incluir os cidadãos no ciclo de formulação das políticas, porque são competentes para sugerir soluções e contribuir ao debate. Assim, os graus de envolvimento na relação cidadão-governo refletem o nível de participação da sociedade nas PP.

5. Considerações Finais

Este artigo analisa e valoriza um momento promissor da história recente do design no Brasil, que foi sua inserção no processo de formulação e implantação de políticas públicas. O tema é complexo e fica evidente que há muitos aspectos não contemplados no trabalho. Foram apontados elementos conceituais para estabelecer relações entre design e política, mais especificamente políticas públicas, o que implica tratar também a relação Estado e Sociedade, Estado e Cultura. Salienta-se que o período enfocado se caracteriza por uma mudança de concepção de cultura em nível ministerial, quando Gilberto Gil adotou o conceito antropológico de cultura ao assumir a gestão no MinC (2003-2008), marcada pela “abrangência” e ensejando uma abertura na relação Estado, Sociedade e Cultura. As Conferências Nacionais de Cultura são indicadores concretos dessa abertura, constituindo-se em canais de comunicação entre a sociedade civil e o Estado.

No que concerne à relação design e política, a abordagem de K. Vicente (2004) esclarece a dimensão social da repercussão obtida pelo design ao participar do processo em análise. A abordagem sistemática de K. Vicente, ao estabelecer o nexo entre objetos físico e objetos políticos, reforça a importância do design na relação Estado e Sociedade. Nesse sentido, o alerta de K. Vicente (2004) para se compreender de modo mais consciente que “objetos políticos” também integram o sistema tecnológico pode ser pauta de discussão na formação em design, a fim de propiciar uma perspectiva mais consistente aos graduandos do potencial alcance social da prática projetual.

O fluxograma das instâncias de tramitação das PP (Ver Figura 01) ilustra a dimensão social que o design pode atingir ao participar das PP. A incorporação do design ao MinC (2009) abriu espaço para o setor iniciar sua inserção no processo, participando das instâncias de tramitação das PP (Colegiado Setorial, Plano Setorial, Conselho Nacional de Políticas Públicas). Em suma, a inserção na formulação e implantação das PP oportunizou ao design atingir o patamar dos “objetos políticos”. Objetos políticos são estratégicos na relação humano-tecnologia e exercem influência nos demais níveis projetuais porque estabelecem (ou impedem) as condições necessárias às transformações na sociedade e estão ligados à tomada de decisões que têm repercussão social.

É necessário destacar finalmente que a ruptura institucional em 2016 fragilizou a relação Estado, Sociedade e Cultura e repercutiu nessa trajetória do design. Desde então, o contexto sociopolítico se transformou ao ser adotada uma postura oposta àquela da gestão petista. O momento presente confirma a análise de Cabrale (2015) quanto à descontinuidade das políticas públicas no Brasil. Espera-se que a reflexão sobre aquele momento promissor na



14º Congresso Brasileiro de Design
ESDI Escola Superior de Desenho Industrial
ESPM Escola Superior de Propaganda e Marketing

história recente do design no Brasil possa contribuir na compreensão da relação do design com a cultura na sociedade.

6. Referências

ARAGÃO, Ana Lúcia. **As conferências nacionais de cultura no Brasil como instâncias de escuta e de exercício do direito de participação na vida cultural.** In: Revista Pensamento & Realidade. Ano XVI, v. 28, nº4, 2013. pp. 85-105. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17984>> Acesso em março de 2022.

BATISTA, Wagner Braga. **O papel do design na II Conferência Nacional de Cultura.** Mesa Redonda: Design e Cultura - 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. Anhembi Morumbi, São Paulo 2010.

_____. **Colegiado Setorial de Design do Ministério da Cultura: primeiros passos.** Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=15190> Campina Grande, 2013.

BARBALHO, Alexandre. O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma. In: **Políticas Culturais no Governo Dilma** RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A.; CABRALE, L. (org.). Salvador: EDUFBA, 2015 (Coleção Cult) pp. 49-68. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18069>> Acesso em julho de 2021.

CABRALE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** In: III ENECULT, Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação, UFBa, Salvador-Bahia, 2007.

CABRALE, Lia. **Política Cultural em tempos de democracia: Era Lula.** In Revista dos Institutos de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58. p. 137-156, jun., 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/7rG4ff9CYrHN5CtTgNwmvnp/abstract/?lang=pt>> Acesso em março de 2022.

CABRALE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In **Políticas Culturais no Governo Dilma** RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A.; CABRALE, L. (org.). Salvador: EDUFBA, 2015 (Coleção Cult) pp. 33-48. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18069>> Acesso em março de 2022.

CARDOSO, Eduardo; CURTIS, Maria C.G.; SILVA, Tânia L.K.; ROLDO, Liane; LINDEN, Júlio V. O Papel do design(er) nas Políticas Públicas Culturais, pp. 493-505, In **Anais do 11º Congresso Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisa em Design [=Blucher Design Proceedings, v.1, n.4]** São Paulo: Blucher, 2014. Disponível em <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-papel-do-designer-nas-politicas-publicas-culturais-12668>> Acesso em dezembro de 2020.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**, São Paulo: 1997.

DOMINGUES, João; LOPES, Guilherme. Economia criativa e trabalho cultural: notas sobre as políticas culturais brasileiras nos marcos do capitalismo contemporâneo. In **Políticas Culturais no Governo Dilma** MAFFEI, Stefano; MORTATI, Marzia; VILLARI, Beatrice. **Making/Design policies together**. In: 10th European Academy of Design Conference - Crafting the Future. 2012. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/269996144>> Acesso em 11 de abril de 2022.

MATA-MACHADO, Bernardo N. A Instituição Conselho e a Democracia na História do Brasil e no Conselho Nacional de Política Cultural. In: **IV Congresso de Gestão Pública CONSAD, Brasília/DF, 2013**.

MENEZ, Daniela da Silva. **Análise das políticas públicas culturais do RS de 1995 a 2011**. Especialização em Gestão Pública – UFRGS, 2011.

PLANO SETORIAL DO DESIGN 2014, Diagnóstico Setorial Design Brasil. Brasília/ São Paulo, 2014. Diagnóstico UNESCO/ Secretaria da Economia Criativa/ Ministério da Cultura/ Colegiado de Design. Disponível em <http://www.prodesignpr.com.br/setorial/plano_setorial_nacional.pdf> Acesso em fevereiro de 2022.

QUEIROZ, Anny Inti. **A produção cultural responsável: uma reflexão histórica e prática.** In Gestão cultural e diversidade: do pensar ao agir [recurso eletrônico]. BARROS, Jose Marcio, BEZERRA, Jocasta Holanda (org.). Belo Horizonte: EdUEMG, 2018. Disponível em <<https://observatoriadadiversidade.org.br/publicacao/livro-gestao-cultural-e-diversidade-do-pensar-ao-agir/>>

PATROCINIO, Gabriel; BOLTON, Simon. **Temas Emergentes na literatura sobre políticas de design-** Arcos Design- Rio de Janeiro: PPD ESDI- UERJ. Volume 9 Número 1 junho, 2016, pp. 15-26.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>> Acesso em fevereiro de 2022

RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A.; CABRALE, L. (org.). Salvador: EDUFBA, 2015 (Coleção Cult) pp. 201-224.

Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18069>> Acesso em março de 2022.

RUBIM, Antônio A. C. Políticas culturais no Brasil: itinerários e atualidade. In: **Economia da arte e da cultura** BOLAÑOS, César; GOLIN, Cida; BRITTO, Valério. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo:

Cepos/Unisinos; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristóvão: Obscom/UFS, 2010 pp. 51-71 Disponível em <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001719.pdf> Acesso em março de 2022.

VICENTE, Kim. **The Human Factor**: revolutionizing the way people live with technology. Routledge: New York, 2004.

VICENTE, Kim. **Homens e Máquinas**: como a tecnologia pode revolucionar a vida cotidiana. Ediouro: Rio de Janeiro, 2005.